

Ciência em Disputa: Sociologia, Política e os Sentidos do Golpe de 1964 no Brasil

Teoria e Cultura | Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais - UFJF | ISSN: 2318-101x | v. 20, n. 2, 2025 | p.20-37
DOI: 10.34019/2318-101X.2025.v20.49815

Contested Science: Sociology, Politics, and the Meanings of the 1964 Coup in Brazil

La ciencia en disputa: Sociología, política y los sentidos del golpe de 1964 en Brasil

*Dayvison Wilson Bento da Silva*¹

Resumo

Este artigo examina as tensões que atravessaram o campo sociológico brasileiro na década de 1960, com foco no embate entre diferentes projetos de ciência formulados para o país naquele contexto. Para tanto, centra-se nas disputas interpretativas entre dois grupos de intelectuais em torno do sentido do golpe de 1964. De um lado, estavam aqueles que concebiam a sociologia como instrumento privilegiado de interpretação da realidade brasileira, tendo em Florestan Fernandes seu principal expoente; de outro, intelectuais que recorriam à ciência política como arcabouço teórico mais adequado à compreensão do evento e de seus desdobramentos, com destaque para Wanderley Guilherme dos Santos. A hipótese central sustenta que tais divergências extrapolavam o plano estritamente teórico, expressando disputas mais amplas no interior do campo das ciências sociais e traduzindo diferentes tomadas de posição diante dos projetos de ciência e de sociedade em disputa naquele período. Em perspectiva mais ampla, o artigo investiga como os processos de consolidação e declínio desses paradigmas foram condicionados por dinâmicas institucionais, em especial pelo papel desempenhado pelas agências de fomento científico – com destaque para o financiamento privado da Fundação Ford. Tais processos foram decisivos para o reordenamento do campo das Ciências Sociais no Brasil.

Palavras-chave: ditadura militar, ciências sociais, Florestan Fernandes, Wanderley Guilherme dos Santos, Fundação Ford

¹Graduado em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), mestre em Sociologia e doutorando em Sociologia pela Universidade de São Paulo (USP). Atua nas áreas de sociologia da cultura e sociologia dos intelectuais. É membro do Núcleo de Pesquisas do CNPq “Capitalismo, Colapso e Utopia” e desenvolve pesquisas sobre a relação entre os campos científico e político-econômico, com enfoque nas agências de fomento à pesquisa e no impacto da ditadura civil-militar e da Guerra Fria no desenvolvimento das ciências sociais brasileiras. E-mail: dayvison.silva@usp.br

Abstract

This article examines the tensions that shaped the Brazilian sociological field during the 1960s, focusing on the clash between different scientific projects formulated for the country in that context. It centers on the interpretive disputes between two groups of intellectuals over the meaning of the 1964 coup. On one side were those who viewed sociology as a privileged tool for interpreting Brazilian reality, with Florestan Fernandes as their main exponent; on the other, intellectuals who turned to political science as a more suitable theoretical framework for understanding the event and its aftermath, notably Wanderley Guilherme dos Santos. The central hypothesis is that these divergences went beyond strictly theoretical disagreements, reflecting broader disputes within the social sciences field and expressing different stances regarding the competing projects of science and society at the time. From a broader perspective, the article investigates how the processes of consolidation and decline of these paradigms were shaped by institutional dynamics, particularly the role played by science funding agencies – with emphasis on the private funding from the Ford Foundation. These processes were decisive for the reorganization of the Social Sciences field in Brazil.

Keywords: *military dictatorship, social sciences, Florestan Fernandes, Wanderley Guilherme dos Santos, Ford Foundation.*

Resumen

Este artículo examina las tensiones que permearon el campo sociológico brasileño en la década de 1960, centrándose en el choque entre los diferentes proyectos científicos formulados para el país en ese contexto. Para ello, se centra en las disputas interpretativas entre dos grupos de intelectuales en torno al significado del golpe de 1964. Por un lado, estaban quienes concebían la sociología como un instrumento privilegiado para interpretar la realidad brasileña, con Florestan Fernandes como su principal exponente; por otro, los intelectuales que recurrieron a la ciencia política como el marco teórico más adecuado para comprender el evento y sus consecuencias, en particular Wanderley Guilherme dos Santos. La hipótesis central sostiene que estas divergencias trascendieron el plano estrictamente teórico, expresando disputas más amplias dentro del campo de las ciencias sociales y reflejando diferentes posturas respecto a los proyectos científicos y sociales en disputa durante ese período. Desde una perspectiva más amplia, el artículo investiga cómo la consolidación y el declive de estos paradigmas fueron moldeados por dinámicas institucionales, en particular el papel desempeñado por las agencias de financiación científica, en particular la financiación privada de la Fundación Ford. Estos procesos fueron decisivos en la reorganización del campo de las ciencias sociales en Brasil.

Palabras clave: *dictadura militar, ciencias sociales, Florestan Fernandes, Wanderley Guilherme dos Santos, Fundación Ford*

Introdução

O período A década de 1960 constituiu um período decisivo para a consolidação das Ciências Sociais no Brasil, tanto por fatores internos quanto externos. No plano interno, destacam-se a criação de novos institutos de pesquisa, a implementação de programas de pós-graduação, a autonomização de subáreas disciplinares e a reconfiguração de paradigmas científicos (Keinert, 2011). No plano externo, o cenário foi marcado pelo golpe militar de 1964, bem como pelo contexto da Guerra Fria e pelas disputas geopolíticas em torno do controle e da manutenção da influência sobre a América Latina (Miceli, 1989). Diante desse panorama de transformações institucionais e sociopolíticas em múltiplos níveis, o desenvolvimento da ciência não deve ser interpretado apenas com base em suas articulações internas, como a competição entre agentes e modelos teóricos, nem tampouco exclusivamente a partir de fatores externos. Torna-se necessário compreender de que modo o contexto político, em suas dimensões nacionais e internacionais, incide sobre a produção científica e reconfigura as correlações de força no interior do campo das Ciências Sociais do país.

Neste artigo, a análise do contexto das Ciências Sociais brasileiras na década de 1960 toma como um dos eixos centrais a atuação da Fundação Ford no país. Tal instituição pode ser compreendida como uma instância mediadora entre o campo científico brasileiro e conjunturas externas de ordem social, política e econômica (Canedo, 2017; Keinert, 2011). Essa mediação implicou transformações significativas nos rumos da produção científica, ao promover a sobreposição entre esferas institucionais e contextos geopolíticos distintos. O objeto central deste estudo, portanto, é justamente esse fenômeno de interpenetração entre campos, mediado pela atuação da Fundação Ford, bem como seus possíveis impactos na reconfiguração das bases científicas do país.

Segundo Miceli (1990), a Fundação Ford se destacou entre as agências de fomento ao consolidar-se como agente estratégico no intercâmbio intelectual entre Brasil e Estados Unidos, operando de forma articulada em ambos os contextos. Sua atuação combinava o financiamento de instituições norte-americanas e brasileiras, permitindo-lhe exercer influência simultaneamente sobre os dois polos da relação. No caso brasileiro, sua estratégia incluiu a concessão de bolsas para formação de estudantes nos Estados Unidos, além do apoio direto à criação e consolidação de instituições acadêmicas e centros de pesquisa no país. Nesse sentido, a Fundação Ford não apenas participou da formulação de um modelo específico de produção científica inspirado nas Ciências Sociais estadunidenses (Forjaz, 1997), como também desempenhou papel fundamental na constituição da infraestrutura científica nacional, materializada na fundação de instituições como o Departamento de Ciência Política da Universidade Federal de Minas Gerais (DCP-UFMG), o Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (Cebap), o Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (IUPERJ), o Instituto de Estudos Econômicos, Sociais e Políticos de São Paulo (Idesp) e o Centro de Estudos de Cultura Contemporânea (Cedec).

A atuação da Fundação Ford tem sido objeto de análise em diversos estudos sobre a história das Ciências Sociais no Brasil, mobilizando autores como Chaves (2015), Canedo (2017), Forjaz (1997), Keinert (2011), Miceli (1990) e Rocha (2017). O forte condicionamento político e econômico associado à fundação suscita uma questão central: de que modo sua presença no Brasil e a incorporação de suas lógicas de financiamento influenciaram os rumos da produção científica no campo das Ciências Sociais? Nesse sentido, o problema sociológico que orienta esta pesquisa refere-se à transição paradigmática vivida pela área ao longo da década de 1960, período marcado por tensões entre diferentes modelos de ciência (Keinert; Silva, 2010). Diante disso, torna-se necessário reconstituir os polos teóricos e institucionais

em disputa, bem como o papel desempenhado pela agência na reconfiguração dessa correlação de forças, contribuindo para a ascensão de determinados projetos intelectuais e declínio de outros.

Considerando que o objeto da investigação está situado em um momento de transição, a comparação, por meio da análise documental, se apresenta como uma ferramenta metodológica adequada. Ela permite identificar não apenas os novos contornos assumidos pelas Ciências Sociais a partir de meados da década de 1960, mas também as rupturas e continuidades em relação ao período anterior. Nesse contexto, a identificação e delimitação dos modelos em oposição constituem etapa fundamental para a caracterização precisa do problema de pesquisa. Com esse objetivo, a análise recorre às trajetórias de dois intelectuais centrais: Florestan Fernandes (1920–1995) e Wanderley Guilherme dos Santos (1935–2019). Ambos são representativos de momentos distintos no desenvolvimento das Ciências Sociais no Brasil (Moreira, 2011). Florestan Fernandes foi uma das principais lideranças da sociologia produzida no âmbito da escola paulista de sociologia, associada à Universidade de São Paulo (Arruda, 2010), enquanto Wanderley Guilherme dos Santos exerceu papel fundamental no processo de autonomização e institucionalização da ciência política no país (Lynch, 2020).

A análise contrastiva das trajetórias de Florestan Fernandes e Wanderley Guilherme dos Santos permite elucidar a polarização crescente entre a sociologia e a ciência política a partir do final da década de 1960. No entanto, uma caracterização mais precisa dessa disputa exige o exame direto das obras de ambos os autores, em especial de suas interpretações sobre o golpe de 1964. A leitura desses textos está diretamente vinculada a um dos objetivos específicos deste estudo: reconstituir as tensões que atravessaram o campo das Ciências Sociais, de modo a identificar as principais premissas teóricas e metodológicas dos paradigmas em conflito. Nesse sentido, busca-se compreender a articulação entre as trajetórias intelectuais dos autores e suas respectivas tomadas de posição nos escritos produzidos sobre o golpe.

Nos trabalhos de Fernandes, como *A Revolução Burguesa no Brasil* (1976) e *A Ditadura em Questão* (1982), bem como em *Sessenta e Quatro: Anatomia da Crise* (1986), de Santos, observa-se uma preocupação comum em identificar o elemento central que teria desencadeado a ruptura institucional. Para Fernandes (1976), o golpe configura-se como uma expressão de conflito de classe, sendo interpretado como um “golpe de classe”, no qual setores dominantes da sociedade agiram para preservar seus interesses. Já Santos (1986) atribui a ruptura à paralisia decisória do governo deposto, priorizando uma explicação centrada nas dinâmicas institucionais e na ineficácia do sistema político. Assim, o golpe de 1964 é ora interpretado a partir da centralidade das estruturas de classe, ora analisado com base nos limites das instituições políticas.

O estudo das diferentes interpretações do golpe de 1964 está diretamente relacionado à primeira hipótese desta pesquisa: a forma pela qual um fenômeno é compreendido não resulta de uma escolha teórica neutra ou puramente intelectual, mas constitui, antes, uma tomada de posição no interior de um espaço marcado por disputas simbólicas, políticas e institucionais. No contexto das Ciências Sociais brasileiras, a centralidade atribuída à análise sociológica das estruturas e dinâmicas de classe configura uma resposta interpretativa ao golpe e remete à tradição da escola sociológica paulista, liderada por Florestan Fernandes. Essa perspectiva teórica fundamenta-se em conceitos como “estrutura” e “totalidade”, os quais orientam uma abordagem sócio-histórica do processo de desenvolvimento brasileiro (Silva, 2008).

A partir desse referencial, autores vinculados a essa tradição compreendiam o capitalismo dependente como responsável por conformar uma sociedade de classes frágil, caracterizada por uma burguesia nacional orientada exclusivamente por interesses

imediatistas, alheia a qualquer compromisso com a construção de um projeto de desenvolvimento capitalista autônomo (Silva, 2008). Nesse modelo analítico, a política não é concebida como uma esfera autônoma, mas como um desdobramento das determinações estruturais de ordem econômica e social, que lhe conferem forma e conteúdo. Essa maneira de pensar os impasses do desenvolvimento brasileiro – e, por consequência, os próprios objetos de investigação das Ciências Sociais, como o golpe de 1964 – sustenta uma perspectiva analítica que opera por meio de um movimento dialético entre totalidade e particularidade, concebida como genuinamente sociológica e, no contexto da ditadura militar, também como engajada (Arruda, 2010). Tal forma de reflexão e intervenção na realidade produz, assim, um modelo próprio de produção científica.

Por outro lado, existe um grupo que posiciona a análise política como o eixo central para a compreensão do significado do golpe de 1964. Esse paradigma se fundamenta em diversas premissas que orientam sua forma de interpretar a sociedade, destacando-se, sobretudo, a tentativa de autonomização da categoria “política”, em consonância com o processo de institucionalização da ciência política no Brasil (Blanco; Jackson, 2014). Esse momento coincide com a legitimação da disciplina no país, que se diferencia da sociologia desenvolvida na Universidade de São Paulo (Miceli, 1989). Enquanto a sociologia entendia a política como um produto da dinâmica de classes no contexto do capitalismo dependente, o paradigma político busca estabelecer a política como um objeto autônomo e autorreferente. Nesse sentido, o foco analítico desloca-se da base econômica e social para a análise dos agrupamentos políticos, facções e instituições (Moreira, 2011). Esse novo modelo para compreender o Estado e a política, inspirado nas ciências sociais estadunidenses (Keinert; Silva, 2010), relaciona-se a diversos fenômenos ocorridos no Brasil a partir da década de 1960, dentre os quais destaca-se o processo de financiamento privado à pesquisa.

A segunda hipótese deste estudo postula que a Fundação Ford desempenhou um papel decisivo na legitimação de um novo paradigma científico no Brasil, que se confrontou com o modelo hegemônico anterior representado pela sociologia paulista. O impacto da fundação não se limitou à criação de uma infraestrutura científica complexa e inovadora, mas também se manifestou na conformação de uma nova maneira de conceber e realizar a ciência social. Essa transformação repercutiu significativamente no campo sociológico brasileiro, promovendo uma reorientação das temáticas consideradas centrais, a introdução de bibliografias específicas em contraposição às previamente adotadas, a difusão de métodos consagrados nas ciências sociais estadunidenses, a construção de um perfil distinto para o cientista social no Brasil, assim como uma alteração no escopo e na aplicabilidade das teorias na análise dos fenômenos sociais. Em síntese, a hipótese sugere que o impacto da Fundação Ford, ao estabelecer uma rede complexa de relações com o objetivo de redirecionar o fazer científico no país, foi capaz de consolidar uma nova abordagem para os estudos sociais, influenciando não apenas os pesquisadores diretamente financiados, mas também os alicerces do campo das Ciências Sociais brasileiras.

Florestan Fernandes e a interpretação sociológica sobre a ditadura: *1964 como golpe de classe*

Florestan Fernandes foi escolhido como referencial paradigmático neste estudo devido à sua influência fundamental sobre as Ciências Sociais brasileiras em geral. Ele foi responsável por consolidar o que passou a ser conhecido como a “escola sociológica paulista” (Arruda, 1995 apud Spirandelli, 2010). Nesse sentido, a produção teórica de Fernandes estabeleceu um padrão de desenvolvimento científico que foi amplamente compartilhado por diversos pesquisadores vinculados à Faculdade de Filosofia, Ciências e

Letras (FFCL) da Universidade de São Paulo. Dessa forma, intelectuais como Fernando Henrique Cardoso, Octavio Ianni e Francisco Weffort herdaram tanto as ideias quanto o *modus operandi* científico de seu mestre (Spirandelli, 2010).

Neste momento do artigo, busca-se compreender o significado que a sociologia paulista, liderada por Florestan Fernandes, atribuiu ao golpe e ao governo de 1964. Conforme mencionado anteriormente, as interpretações adotadas constituem um ponto de partida teórico fundamental para mapear os grupos em oposição e identificar as principais premissas analíticas presentes em seus posicionamentos diante da ditadura. Nos estudos de Fernandes, por exemplo, a compreensão da ditadura exige uma análise do contexto político precedente, especialmente do pacto populista iniciado em 1945. Além disso, essa interpretação se relaciona ao comportamento da burguesia brasileira, à sua inserção no mercado internacional e às demandas econômicas da conjuntura histórica.

Dessa forma, a ditadura, na obra de Fernandes, representa tanto um momento de ruptura em relação ao modelo anterior de gestão da máquina pública quanto uma continuidade, na medida em que a modernização conservadora, conduzida pelas elites econômicas, se configura como um prolongamento da trajetória republicana brasileira. O significado atribuído ao golpe por Fernandes e por autores afins a essa linha analítica já incorpora o construto teórico-metodológico da relação entre parte e todo. A ditadura, para esses autores, não se apresenta como um fenômeno autoexplicativo nem se reduz aos problemas administrativos do governo João Goulart; ao contrário, constitui uma resposta histórica a um conjunto de processos vinculados ao desenvolvimento da modernização brasileira.

Assim, discutir o golpe implica considerar não apenas as especificidades do governo de 1964, mas também a estruturação do capitalismo no Brasil. Sem a compreensão desta última dimensão, a interpretação do golpe tornar-se-ia insuficiente, pois desconsideraria variáveis essenciais que conferem forma e sentido ao fenômeno. Portanto, a própria metodologia adotada por autores da escola paulista, especialmente por Fernandes, revela a forma pela qual analisavam a sociedade. O modo como estudaram o golpe de 1964 reflete, em essência, a aplicação de um método científico para a investigação dos fenômenos sociais em geral.

Essa articulação entre parte e todo exige que a explicação oferecida por Fernandes sobre a ditadura não se limite ao ano de 1964, tampouco aos anos imediatamente anteriores, mas que promova um recuo histórico capaz de abarcar a modernização conservadora, o posicionamento do capitalismo brasileiro no mercado internacional, bem como o comportamento da burguesia nacional e sua relação com o Estado. Esse distanciamento temporal é fundamental para compreender as condições histórico-sociais que possibilitaram o desenvolvimento da ditadura no Brasil. Importa destacar que tais recuos não se configuram como mera digressão formalista, mas são imprescindíveis para assegurar a coerência metodológica que orienta a construção do pensamento de Fernandes.

Na obra do autor, os eventos de 1964 não se restringem à conjuntura do governo João Goulart; pelo contrário, só adquirem sentido quando analisados em relação ao comportamento da burguesia nacional e seu impacto sobre a estrutura política do país. Fernandes (1976) caracteriza a burguesia brasileira como *contrarrevolucionária*, estabelecendo um contraste com as revoluções nacionais clássicas associadas à ideologia republicana. Nesse contexto, a formação de uma “verdadeira forma burguesa de solidariedade de classe” (Fernandes, 1976, p. 312) é restringida pelos interesses comerciais agrários, que impedem a consolidação de um *ethos* burguês capaz de romper com o patrimonialismo que marca a constituição da burguesia brasileira. Outro aspecto fundamental para compreender o comportamento da burguesia nacional está vinculado ao posicionamento do Brasil no

mercado internacional. Fernandes caracteriza o país como um exemplo de capitalismo dependente e subdesenvolvido, articulando “desenvolvimento desigual interno e dominação imperialista externa” (Fernandes, 1976, p. 300).

A análise do comportamento da burguesia estabelece a base para compreender a emergência de um novo fenômeno: a formação da autocracia em 1964. A dominação burguesa, articulada duplamente conforme descrito anteriormente, aliada à relação estreita entre a burguesia e os proprietários de latifúndios, restringe as possibilidades de uma revolução burguesa plena no Brasil. Essa dinâmica resulta na coexistência de elementos remanescentes do passado com a nova ordem social, fazendo com que a continuidade histórica não apenas persista, mas também impeça as rupturas necessárias para a concretização de um modelo verdadeiramente novo.

Dessa forma, a transformação ocorrida configura-se como uma mudança conservadora, marcada pela permanência de elementos antigos, e efetivada por meio de acordos verticais que excluíram a população dos processos decisórios do desenvolvimento social – um acordo realizado pelas elites, de cima para baixo. Fernandes (1976, p. 302) descreve esse processo como a redução da Nação a um “ente abstrato (ou uma ficção legal útil), ao qual só atribuem realidade em situações nas quais ela encarne a vontade política da referida maioria ‘ativa’ e ‘esclarecida’”. Tal configuração possui consequências profundas para a ordem social, pois os elementos conservadores da antiga estrutura impedem a implementação dos avanços essenciais para o desenvolvimento da sociedade contemporânea.

A dominação burguesa, embora estruturada pela dupla articulação e pela relação com o latifúndio, torna-se refém das consequências inerentes a esse próprio modelo, o que coloca em risco sua continuidade e existência enquanto classe dominante. Esses fenômenos resultam no atraso do processo de industrialização, do desenvolvimento urbano e na persistência de inúmeras carências na ordem social que dificultam o avanço da burguesia. Além disso, em um modelo de dominação imperialista, a maximização da exploração é imprescindível, pois o excedente não pertence exclusivamente à burguesia nacional, mas também à internacional, o que exige o aumento constante das taxas de lucro. É nesse contexto que o Estado Nacional assume papel central, fornecendo à burguesia as condições necessárias para concretizar a revolução nacional reprimida pelas contradições do subdesenvolvimento e da dependência. Assim, ocorre um salto histórico da burguesia, ou melhor, sua reação autocrática, tendo o Estado e a militarização de suas funções como elementos-chave desse processo. Desse modo, verifica-se a transição de “uma ditadura de classe dissimulada e paternalista para uma ditadura aberta e rígida” (Fernandes, 1976, p. 342). O Estado, portanto, não apenas se torna o núcleo dessa transformação, mas também o agente responsável pela repressão a todos os que se opuseram a ela.

Nesse momento, o autor analisa o Estado autocrático burguês como um mecanismo de compensação utilizado pela burguesia de países dependentes e subdesenvolvidos para tentar superar suas limitações estruturais. A esse quadro soma-se o contexto internacional da Guerra Fria, marcado pelo temor da expansão do socialismo, que contribui para a construção de um *consenso auto defensivo* entre as burguesias nacionais desses países, visando a preservação de sua existência e crescimento. Nesse processo, recorre-se à extrema violência estatal, que transforma o Estado em uma entidade desconfigurada, porém funcional aos interesses da burguesia nacional, ao garantir sua permanência, e da burguesia internacional, ao assegurar seu controle sobre esses territórios.

As novas demandas da burguesia, determinadas pelas particularidades do seu desenvolvimento, entram em choque com o modelo populista vigente até 1964, o qual, apesar de profundamente limitado, ainda contemplava a inserção das massas e de suas reivindicações. Mesmo essa participação restrita já representava um obstáculo, pois o

objetivo era maximizar a exploração da força de trabalho, reduzindo o valor dos salários. O golpe de 1964 buscou não apenas a supressão dessa incipiente participação popular assegurada pelo pacto populista, mas também a eliminação das forças políticas que, desde as mais reformistas até as mais conservadoras, não estivessem alinhadas aos interesses atualizados da elite para conduzir a modernização por meios autoritários. Desse modo, as novas necessidades econômicas da elite informaram novas formas de gestão estatal, tornando o pacto populista, que antes sustentava seu poder, obsoleto e incapaz de responder às exigências do novo contexto.

Na análise de Fernandes, portanto, reafirma-se a centralidade da base econômica, desmistificando a ideia de que a ditadura teria caráter tecnocrático. O autor consegue articular diversos aspectos da questão ao explicar, por meio da atuação da burguesia nacional e sua relação com os interesses imperialistas, tanto o desgaste do pacto populista quanto o uso histórico da ditadura como instrumento para conduzir a modernização e garantir a taxa de lucro da burguesia. Ademais, Fernandes também compreende o desgaste desse modelo e a emergência de uma transição que, sob novas formas, atualiza e reforma o atraso, buscando preservar a modernização conservadora do capitalismo brasileiro. Dessa forma, ao analisar o golpe de 1964, o autor expressa as principais premissas do paradigma científico da escola paulista dos anos 1960, tais como a influência do marxismo, a relação estrutural entre economia e política na compreensão da sociedade e uma metodologia orientada pela busca da construção de uma totalidade histórica. Esta última implica uma investigação que abrange desde os elementos mais visíveis do objeto de estudo até suas causas mais ocultas, as quais só se revelam por meio da elaboração de formas científicas de digressão analítica e reconstrução de sentidos.

Wanderley Guilherme dos Santos e a análise política da ditadura: 1964 como paralisia decisória

Lynch (2010) destaca que a correlação entre o desenvolvimento das Ciências Sociais em geral, e mais especificamente da ciência política, com a figura de Wanderley Guilherme dos Santos é um fenômeno relativamente recente, que se consolida a partir de 2010. Essa data coincide com a proximidade da comemoração do quinquagésimo aniversário da criação dos primeiros programas de pós-graduação em ciência política no Brasil, o que levou os pesquisadores da área a adotarem um olhar retrospectivo e sistemático sobre sua própria história (Lynch, 2010). Nesse balanço histórico, o papel de Santos é reconhecido como imprescindível, não apenas por sua defesa da profissionalização e da institucionalização da ciência política autônoma no país, mas também por sua contribuição direta à sua concretização, destacando-se a fundação, em 1969, do Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (IUPERJ), atual IESP-UERJ.

A produção intelectual de Santos atravessou transformações substanciais desde sua atuação no Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB) até seu retorno dos Estados Unidos e sua participação em um dos principais institutos de pesquisa do país. Por isso, a análise de seus escritos exige uma delimitação precisa das etapas em que foram produzidos, para evitar interpretações imprecisas. Essa distinção é fundamental para o presente estudo, pois além das mudanças na forma como o autor abordou o fenômeno da ditadura em sua obra, houve também uma alteração qualitativa na base teórico-metodológica de seu pensamento em geral. Moreira (2011) propõe uma sistematização teórica do pensamento de Santos, organizando-o em três fases distintas:

a primeira fase (1962-63) denominamos de “Análise Socioeconômica e Crítica das Ideologias Brasileiras”, na qual o autor ainda não figura como um cientista político propriamente dito; a segunda (1967-88), “Ciência Política: Autoritarismo e Redemocratização”, posterior, portanto, à sua formação no exterior no campo de conhecimentos em que se consolidaria como intelectual; a terceira (1990-2008), “Ciência política: a poliarquia brasileira”, marcada basicamente pela centralidade da democracia como objeto – entendida, nos termos de Robert Dahl, como um regime político marcado por elevada liberalização [competição pelo poder] e participação política – e como ideal político do autor. (Moreira, 2011, pg. 311)

Seria, contudo, simplista reduzir as transformações no pensamento de Wanderley Guilherme dos Santos a uma mera transformação individual, como se sua passagem de uma forma de análise social para outra constituísse apenas uma natural mudança intelectual ou um processo de maturação pessoal. Ao aprofundar-se na análise de sua trajetória, é possível relacionar essas alterações específicas de seu pensamento às movimentações e transformações mais amplas do campo científico brasileiro como um todo. As múltiplas mudanças ocorridas – desde o impacto do golpe de 1964, o processo de financiamento privado da pesquisa, até a criação de instituições que concretizaram o projeto de institucionalização da ciência política – refletem não apenas em sua obra e percurso intelectual, mas também na trajetória de diversos outros intelectuais que vivenciaram esse contexto histórico. Não se trata, portanto, da história de sujeitos isolados, mas de um processo mais amplo de reconfiguração do panorama científico nacional. Nesse sentido, a análise comparativa das trajetórias intelectuais de Florestan Fernandes e Wanderley Guilherme dos Santos, dada a importância institucional e simbólica de ambos, revela-se fundamental. Esses autores são capazes de representar momentos paradigmáticos distintos no desenvolvimento das ciências sociais brasileiras, bem como as tensões e disputas entre esses paradigmas durante a década de 1960.

Em seu estudo sobre a trajetória de Santos, Pinto (2019) questiona “como se efetivou, em perspectiva histórica de trajetórias comparadas, a passagem do Wanderley Guilherme marxista para o Wanderley Guilherme dos Santos iuperjiano em tão pouco tempo” (2019, p. 14). A partir de uma análise sociológica do campo das Ciências Sociais, é possível responder a essa indagação ao associar a obra do autor às movimentações e tensões enfrentadas pelo campo científico em sentido mais amplo. O paradigma marxista, influente em instituições como a FFLCH-USP e o ISEB, sofreu, na metade da década de 1960, um impacto profundo provocado pelo golpe militar, que não apenas resultou no fechamento e restrição das atividades dessas instituições, mas também alterou substancialmente a relação entre Estado e ciência. Esse contexto abriu espaço para a entrada de agências estrangeiras de fomento à pesquisa, que trouxeram novos paradigmas e ferramentas metodológicas, em choque com os modelos anteriores, reconfigurando a correlação de forças no campo das ciências sociais brasileiras. Dessa forma, a mudança no pensamento de Santos não pode ser entendida como um fenômeno espontâneo ou fruto de um choque individual, mas sim como a expressão singular das transformações estruturais que atravessaram todo o campo científico, resultado da interpenetração entre as esferas política e econômica em seu processo de desenvolvimento.

Para compreender as variações no sentido atribuído ao golpe de 1964 ao longo da obra de Wanderley Guilherme dos Santos, esta seção será dividida em dois momentos, cada um dedicado à análise de uma das interpretações identificadas. Em *Quem dará o golpe no Brasil?* (1962), o autor antecipa o fenômeno da ditadura antes mesmo de sua concretização, ao identificar, já no início da década, uma articulação da classe dominante voltada à sua efetivação, processo que se intensifica com a renúncia de Jânio Quadros, em 1961. Nessa leitura inicial do golpe, evidenciam-se diversos pressupostos do marxismo, como a

centralidade do conflito entre classes sociais – noção que será significativamente reelaborada em fases posteriores de sua obra – e o conceito de ideologia, mobilizado em duas acepções distintas: de um lado, como formas específicas de pensamento social que estruturam disputas simbólicas em torno do significado da ditadura; de outro, em um sentido crítico mais estrito, como o esforço de universalização da perspectiva burguesa, que busca ocultar seu conteúdo de classe sob a aparência de neutralidade. Outro aspecto fundamental presente nesse texto, e que remete diretamente à filiação marxista da fase inicial do pensamento de Santos, é a compreensão do golpe como um fenômeno essencialmente classista, ou seja, como expressão de interesses estruturais da burguesia na configuração do regime político.

A análise da primeira fase dos estudos de Santos é fundamental não apenas por demarcar um momento específico de sua produção intelectual, vinculado à conjuntura do campo das Ciências Sociais no início dos anos 1960, mas também por auxiliar na compreensão da profunda inflexão que seu pensamento sofre ao longo da década. Após concluir seus estudos nos Estados Unidos e retornar ao Brasil com um relevante capital institucional, conferido por sua atuação no IUPERJ, Santos deixa de ser um teórico influenciado pelo marxismo na vertente isebiana (apesar das distinções em relação à corrente de Celso Furtado) para se constituir efetivamente enquanto cientista político – categoria cuja legitimação no país ele mesmo contribuirá a consolidar.

Para a análise da segunda fase do pensamento de Santos, tomaremos como referência a obra *Sessenta e quatro: anatomia da crise* (1986). Esse livro assume papel fundamental ao evidenciar as rupturas em relação aos escritos da primeira fase, bem como para expor as bases do novo paradigma com o qual o autor se identifica posteriormente, a partir dos acontecimentos pessoais e conjunturais vivenciados a partir de 1964. Embora mantenha o golpe como objeto central de análise, esta obra o aborda a partir de novas bases teórico-metodológicas, configurando uma continuidade temática ao mesmo tempo em que inaugura um novo campo interpretativo.

Santos inicia seu livro realizando uma análise do estado da arte das produções acadêmicas sobre a ditadura, evidenciando suas imprecisões para, em seguida, apresentar sua própria teorização do fenômeno. Nesse ponto, não se trata apenas de diferenciar explicações sobre a ditadura em si, mas também de afirmar um interesse catedrático em distinguir a ciência política das demais áreas do conhecimento. Segundo o autor, apesar de o tema ser amplamente estudado, a ditadura não recebera a devida atenção dos cientistas sociais, que não conseguiram elaborar uma teoria capaz de explicar a crise, ou seja, os fenômenos específicos que culminaram no golpe de 1964 (Santos, 1986). Para ele, os diagnósticos vigentes enquadravam o golpe no contexto mais amplo da modernização autoritária brasileira, adotando uma explicação histórica de caráter macro analítico. Embora reconheça a validade de variáveis gerais da modernização, como a industrialização tardia, Santos sustenta que essas dimensões são insuficientes para compreender as especificidades da crise que antecedeu o golpe.

Sobre as análises que correlacionam o golpe com o processo macrohistórico da modernização, como nas obras de Fernandes, Santos aponta uma carência explicativa. Isso porque tais análises se baseiam em variáveis macro e seculares, relacionadas ao contínuo desenvolvimento brasileiro, o que as torna incapazes de explicar os fenômenos específicos de 1964. A modernização autoritária já existia em 1954, conforme o autor destaca, mas isso não resultou em uma crise semelhante à que antecedeu o golpe. Essa argumentação serve como base para a principal característica da segunda fase do pensamento de Santos: ao reconhecer a insuficiência dos processos macroestruturais para explicar as especificidades do golpe, torna-se necessária a busca por uma nova base explicativa, preponderantemente política, capaz de dar sentido não só ao golpe em si, mas aos fenômenos sociais em geral.

Assim, a “dimensão política da crise” (Santos, 1986, p. 17) substitui as articulações econômicas como eixo explicativo dos eventos de 1964. Essa mudança teórica marca uma distinção clara entre os paradigmas em tensão nos anos 1960, influenciando inclusive os recuos históricos adotados por cada um. Enquanto Fernandes relaciona o golpe à modernização brasileira e à posição do país no mercado internacional, exigindo um recuo que abarca desde o Estado nacional no governo varguista até as necessidades econômicas das elites nacionais e internacionais no início da década, Santos adota um recuo histórico mais restrito. Ao neutralizar os processos macroestruturais como variáveis centrais para a explicação das especificidades do golpe, sua análise se concentra nos anos imediatamente anteriores a 1964, examinando o jogo político e suas tensões durante o governo de João Goulart – delimitando seu estudo ao período de 1961 a 1964. Essa distinção demonstra, de forma clara, como a escolha entre priorizar fatores políticos ou econômicos modifica profundamente a compreensão e estratégias de análise dos fenômenos sociais.

Dada a mudança das bases centrais do pensamento de Santos em sua segunda fase, ocorre uma inevitável flutuação no sentido conferido ao golpe de 1964. Se, anteriormente, este era interpretado como uma resposta política a processos econômicos gerais, agora é compreendido como uma resposta política a um problema eminentemente político: a crise de paralisia decisória. Assim, Santos busca nas dificuldades do processo político pré-64 as causas que culminaram no golpe.

Para o autor, não existia um projeto político coerente capaz de levar ao golpe, isto é, um grupo homogêneo e organizado que assumisse o controle dos rumos dos acontecimentos. Nem o governo nem a oposição dispunham de forças suficientes para tal. O que ocorreu foi um “conflito político entre atores com recursos similares (‘equilíbrio político’) e ideologicamente polarizados” (Moreira, 2011, p. 317), resultando na crise de paralisia decisória. Esse cenário, segundo Santos, fez com que o país transitasse de um modelo político operacional para um estado disfuncional no que tange à tomada de decisões centrais. Ao longo dos capítulos de seu livro, Santos desenvolve esse argumento por meio de uma sequência analítica que avança da “paralisia decisória” para a “fragmentação de recursos de poder”, passando pela “radicalização ideológica”, pela “inconsistência das coalizões parlamentares” e pela “rotatividade ministerial” (Santos, 1986).

Na segunda fase do pensamento de Santos, a busca pelo sentido do golpe, centrada na paralisia decisória do governo Goulart, reflete um profundo contexto teórico-institucional. Como vimos anteriormente na análise da trajetória do autor, a ditadura militar afetou diretamente a continuidade de seus estudos e sua carreira, ao decretar o fechamento do ISEB, instituto do qual o autor fazia parte. Esse evento foi decisivo para a sua decisão de ir aos Estados Unidos realizar seu doutorado, por meio de uma bolsa financiada pela Fundação Ford.

A ida de Santos para Stanford não foi apenas um reflexo dos intercâmbios científicos e do fomento privado comuns no período entre Brasil e EUA, mas um fenômeno crucial para explicar a inflexão em seu pensamento. Por meio dessa experiência, o autor deixou o contexto de uma ciência isebiana influenciada pelo marxismo para ingressar no campo da Ciência Política estadunidense. Compreender esse campo é fundamental para analisar o panorama nacional a partir do final da década de 1960, já que para o Brasil foram trazidas teorias e metodologias que fundamentaram a constituição de uma nova e moderna ciência política (Keinert; Silva, 2010). O campo estadunidense, embora marcado por disputas teóricas, tinha o neo-institucionalismo como paradigma hegemônico na ciência política (Peres, 2008).

As influências da ciência política dos Estados Unidos no pensamento de Santos se manifestam no campo teórico e metodológico. Isso porque a metodologia e suas ferramentas

não podem ser encaradas como elementos puramente técnicos; ao contrário, devem ser entendidas em relação às premissas teóricas que lhes conferem legitimidade. Afinal, nelas estão embutidas formas específicas de encarar o real e modos distintos de instrumentalizar seu estudo. Portanto, as novas metodologias utilizadas pelo autor em sua segunda fase expressam as inovações teóricas e as mudanças paradigmáticas em seu pensamento.

Moreira (2011) observa que a influência do marxismo na fase inicial da obra de Santos é gradualmente substituída pela adoção de teorias de escopo mais restrito, que conferem centralidade às variáveis políticas e reconhecem sua relativa autonomia em relação à estrutura social. Essa inflexão teórica manifesta-se, entre outros aspectos, no recorte temporal adotado por Santos para a análise da ditadura militar, que, ao contrário da abordagem de longo alcance presente na obra de Florestan Fernandes, revela uma transição em seu pensamento – e no campo das ciências sociais como um todo – da busca por explicações totalizantes para um foco mais localizado, voltado aos microssistemas e aos processos políticos particulares.

Nesse ponto, não ocorre apenas uma alteração no alcance teórico, mas, como descrito por Lynch (2020), uma demonstração da “ontologia social alternativa” de Santos, fundamentada no *princípio de razões e efeitos contingentes*. Essa ontologia nega a existência de um elemento ordenador subjacente aos fenômenos sociais, os quais seriam compreendidos como a agregação de microssistemas sem uma lógica única. Não por acaso, essa noção é a base da análise de Santos sobre o jogo político, na qual o interesse de classe – que em outras teorias conferiria um sentido regulador aos atores na busca pela manutenção de sua dominação e privilégios – é negado. Em seu lugar, apresenta-se a imagem de facções que ora se associam, ora se opõem, sem um sentido comum que lhes conferisse homogeneidade ou recursos capazes de garantir a supremacia constante de seus interesses. Logo, buscar um sentido de classe no golpe militar, como faz Fernandes, seria, na visão de Santos, uma postura dogmática.

Assim, em *Sessenta e quatro: anatomia da crise*, o autor consegue expressar de forma sistemática toda a inflexão teórica e metodológica que caracteriza sua segunda fase, ao mesmo tempo em que encarna, mais uma vez, as transformações gerais experimentadas pelo campo científico brasileiro.

Fundação Ford e os rumos das Ciências Sociais no Brasil

Tendo demarcado os dois grupos em oposição e as principais premissas que orientam suas teorias sobre o mundo social, passo agora a compreender como essa inflexão teve seu sentido menos na movimentação isolada dos pares científicos e mais nas interpenetrações entre as esferas econômicas e políticas no desenvolvimento da ciência durante o período. É justamente nesse fenômeno de sobreposição dessas esferas que a parte final deste artigo se debruçará, tendo a atuação da Fundação Ford no Brasil como ponto central de mediação desse processo.

A Fundação Ford é frequentemente mencionada nos estudos que reconstroem a história das Ciências Sociais no Brasil, mas geralmente aparece como um dado pontual, destacando sobretudo seus elevados investimentos no país. No entanto, nesta etapa final do artigo, não se busca apenas analisar a inflexão teórica considerando a fundação como uma variável qualquer, mas sim compreender essa transformação por meio da atuação da agência, tomando-a como elemento explicativo preponderante. Vale ressaltar que essa ênfase não implica conferir à agência um poder desmedido, como se seu impacto fosse fruto exclusivo da competência de seus gestores, mas sim reconhecer a confluência de uma série de eventos históricos que permitiram a materialização dessa influência.

Assim, não é possível compreender a efetividade dos interesses da Fundação Ford sem considerar o contexto nacional e internacional que criou condições favoráveis à sua atuação. Em primeiro lugar, é necessário analisar a conjuntura internacional. Criada nos Estados Unidos, a agência operou em diversas regiões do mundo; contudo, essa atuação não pode ser dissociada dos interesses político-econômicos da potência hegemônica (Canedo, 2017). Em países da África e, sobretudo, da América Latina, sua presença esteve diretamente vinculada ao contexto da Guerra Fria e à estratégia dos Estados Unidos de manter sua influência sobre o continente, buscando conter o avanço do comunismo. Miceli (1990) observa que, até 1958, havia pouco investimento norte-americano na compreensão da realidade latino-americana, uma vez que a região não era percebida como uma ameaça significativa. Essa percepção, no entanto, mudou radicalmente com a Revolução Cubana, em 1959, levando à reformulação da política externa dos Estados Unidos para a América Latina, com o objetivo de impedir que revoluções semelhantes ocorressem em outros países.

Nesse ponto, nota-se uma associação clara entre a atuação da Fundação Ford em países latino-americanos, como o Brasil, e o processo de imperialismo cultural dos Estados Unidos. Por trás do discurso oficial que apresentava essas agências como filantrópicas e apartidárias, havia uma atuação articulada com o Departamento de Estado, tanto no sentido geral de difundir os ideais capitalistas dos EUA em outras nações, quanto em parcerias diretas com o Estado em ações conjuntas (Canedo, 2017; Chaves, 2015).

Para além do contexto político e econômico internacional, é fundamental compreender a efetividade da atuação da Fundação Ford em relação aos acontecimentos políticos nacionais da década de 1960. A fundação iniciou suas atividades no Brasil em 1962, com a abertura do primeiro escritório no Rio de Janeiro, sob a administração inicial de Raynold Carlson (Broke; Witoshynsky, 2002). Entretanto, antes da implementação efetiva de seus projetos de alto investimento, como a criação de institutos de pesquisa, houve um período de articulação entre a agência e diversos poderes locais. Esse percurso, que vai da simples presença de um escritório à fundação de instituições como o Cebap e o IUPERJ ao final da década de 1960, está intimamente ligado não apenas às movimentações políticas de Carlson e outros gestores da fundação, mas também ao contexto da ditadura militar instaurada em 1964. Afinal, o regime representou uma forte e repressiva interpenetração da esfera política na ciência, manifestada tanto pelo fechamento de institutos quanto pela alteração no investimento em determinadas áreas de pesquisa.

É nesse contexto de retirada de investimentos do poder público nas ciências humanas que se estabelece a necessidade de associação ao capital privado, expressa na relação com instituições não estatais de fomento à pesquisa, tornando-se uma condição conjuntural para a própria sobrevivência da área. Não por acaso, como observa Keinert (2011), o processo de apoio institucional da Fundação Ford a determinados institutos, com altos e contínuos fluxos de investimento, tem como marco temporal o período entre 1968 e 1985, ou seja, integralmente durante o regime militar. Após o fim da ditadura, as relações entre Estado e ciência voltam a se modificar, fazendo com que os investimentos da Fundação Ford permanecessem, como no caso do Cebap, porém restritos a projetos específicos e não mais em formato contínuo e institucional (Keinert, 2011).

Para além do impacto institucional da Fundação Ford no campo científico, é necessário compreender o impacto político e social gerado quando as Ciências Sociais brasileiras redirecionam suas explicações dos fenômenos estruturais da economia para a esfera política considerada autônoma. Como foi discutido ao longo deste trabalho, essa mudança não é pontual ou meramente técnica: trata-se de uma inflexão com efeitos estruturantes sobre o modo de compreender e pesquisar o mundo social. Estamos diante não apenas de uma transformação de paradigmas científicos, mas, como se discutirá a seguir,

de uma reestruturação profunda na própria concepção de ciência. Em outras palavras, os processos mediados pela Fundação Ford implicam uma alteração nas bases epistemológicas e ontológicas do fazer científico.

A consequência teórica e prática desse processo é o progressivo confinamento do horizonte analítico das Ciências Sociais às instituições próprias da ordem burguesa. Com isso, tanto os problemas sociais quanto suas possíveis soluções passam a ser concebidos estritamente no interior do arcabouço institucional do capitalismo, tendo o Estado como centro gravitacional da ação e da transformação social. Instaura-se, assim, uma cisão estrutural entre as esferas política e econômica e um esvaziamento da potência crítica da análise social, uma vez que qualquer formulação que ultrapasse os limites do campo político institucionalizado tende a ser deslegitimada ou neutralizada. Nesse contexto, pensar a sociedade para além de sua configuração institucional capitalista não apenas se torna improvável, como frequentemente é tomado como inadmissível – o que, por sua vez, compromete radicalmente a possibilidade de se pensar projetos políticos disruptivos e profundamente transformadores.

Esse novo modelo acadêmico impacta diretamente na definição do que é considerado ciência, atribuindo aos modelos anteriores, e especialmente aos seus oponentes, os adjetivos de “não científicos” ou “pré-científicos”, dentro de uma lógica evolutiva que supõe um avanço em direção a um momento mais moderno e supostamente mais rigoroso. Desse modo, o novo paradigma se afirma não apenas pelo que propõe, mas também pela forma como desqualifica o paradigma anterior, caracterizando-o como excessivamente generalista, ensaísta ou carente de sofisticação metodológica. Tal postura pode ser observada, por exemplo, nas críticas de Santos ao marxismo, quando este passa a rejeitar seus principais autores como referências válidas para a análise da contemporaneidade (Santos, 1990 apud Lynch, 2020, p. 8). Essa disputa em torno da própria definição de “ciência” não se restringe à obra de Santos, mas se expressa também na tensão entre intelectuais mineiros e o marxismo científico representado por autores vinculados ao CESIT.

Uma das principais divergências entre os acadêmicos mineiros e os marxistas reside na rejeição da dialética e da noção de totalidade. Para os primeiros, tais concepções marxianas se apoiariam em mecanismos inadequados de reprodução de princípios generalizantes aplicados à realidade social. Em vez de proceder a uma análise empírica dos processos concretos, os marxistas tenderiam, segundo essa crítica, a desprezar os dados empíricos em favor de explicações totalizantes, que teriam como objetivo principal apenas confirmar princípios teóricos estabelecidos previamente (Silva, 2008). Essa crítica, contudo, não se limitava a um embate teórico. Ela refletia uma concepção distinta sobre a própria forma de se fazer ciência: ao passo que os marxistas buscavam construir modelos teóricos amplos e estruturados a partir da noção de totalidade social, os acadêmicos mineiros defendiam uma ciência centrada na análise empírica de microprocessos, considerando as teorias gerais como especulativas, dada sua presumida impossibilidade de verificação empírica rigorosa. Assim, a totalidade e o projeto de uma macrosociologia eram desqualificados como tecnicamente inviáveis, um juízo que, por sua vez, revela uma afinidade importante com a ontologia defendida por Wanderley Guilherme dos Santos em sua segunda fase.

Esse apego à empiria, característico do novo modelo científico que se consolidou durante o regime militar, restringe a construção teórica aos processos mais imediatos e observáveis, afinal, apenas estes podem ser diretamente acessados pelos métodos quantitativos adotados. Nesse quadro, os objetos sociais passam a ser analisados a partir da centralidade da esfera política, sobretudo por meio da quantificação e da modelagem do jogo político. A consequência direta desse movimento é a supressão da dimensão de classe nas explicações, já que sua apreensão exige recuos teóricos e metodológicos que escapam à

observação imediata – em outras palavras, exige a superação da aparência empírica da política como uma esfera autônoma e autorreferente.

Para concluir este trabalho, é necessário um movimento argumentativo que, à primeira vista, pode parecer contraditório à oposição até aqui estabelecida entre Florestan Fernandes e Wanderley Guilherme dos Santos, mas que, na verdade, visa matizar e complexificar essa relação. Um olhar mais abrangente sobre a história das ciências sociais brasileiras, recuando além da década de 1960, revela uma certa ironia: na disputa com a sociologia paulista, a ciência política – especialmente nas formulações de Santos – reproduz estratégias e discursos que a própria sociologia utilizara em sua busca por legitimidade frente ao ensaísmo.

Entre essas estratégias, destaca-se o apelo à metodologia como ruptura entre uma tradição amadora e uma prática científica institucionalizada, como foi o projeto da USP (Novais, 1994), bem como a estigmatização dos opositores mediante um discurso cientificista-formal, como no embate clássico entre Fernandes e Guerreiro Ramos. Essa postura, por sua vez, rendeu críticas ao próprio Florestan Fernandes, como apontam Romão (2003) e Pulici (2008). Observa-se, assim, uma continuidade de estratégias institucionais e políticas nas disputas pela hegemonia no campo das Ciências Sociais. Se antes a sociologia paulista se colocava contra o ensaísmo por sua alegada fragilidade metodológica, mais tarde ela própria torna-se alvo das mesmas acusações, agora por parte da nascente ciência política.

Dessa forma, o termo “ensaísmo” opera menos como uma categoria analítica objetiva e mais como instrumento político de deslegitimação. Adjetivar o outro como ensaísta é uma tática comum dos projetos que buscam hegemonia, transformando o ensaio em sinônimo de tudo que escapa aos critérios dominantes de cientificidade. Ambos os autores recorrem ao anti-ensaísmo como estratégia de valorização de suas propostas e desqualificação de outras. No entanto, diferem quanto ao alcance e às consequências desse gesto.

A ciência política desenvolvida por Santos, àquele momento, leva a crítica ao ensaísmo a um ponto que compromete pilares da tradição sociológica clássica, como as noções de totalidade, estrutura e classe, restringindo severamente o espaço para digressões analíticas e críticas estruturais voltadas ao não visível, ao que escapa à empiria imediata. Portanto, ainda que compartilhem a mesma estratégia político-acadêmica, Fernandes e Santos divergem profundamente quanto ao sentido, à intensidade e aos efeitos de sua crítica ao ensaísmo, com implicações decisivas para os horizontes críticos da teoria social.

Considerações Finais

Ao longo deste artigo, busquei desenvolver uma análise sociológica do campo das Ciências Sociais brasileiras, com especial atenção às inflexões teórico-metodológicas ocorridas na década de 1960. Desde o início, a proposta se opôs a explicações que reduzem os rumos do campo à simples aceitação ou recusa de novos paradigmas por parte dos pares científicos. Em vez disso, procurei demonstrar como tais transformações estão profundamente enraizadas nas interpenetrações entre as esferas política e econômica, que incidem diretamente sobre a estrutura e o desenvolvimento da área. Assim, o esforço analítico visou articular parte e todo, indo das interpretações específicas dos autores à análise das estruturas mais amplas que moldaram o campo científico.

A reconstrução das disputas interpretativas sobre o golpe de 1964 permitiu demarcar os principais paradigmas em tensão: de um lado, o enfoque político-institucional representado por Wanderley Guilherme dos Santos; de outro, a abordagem estrutural e marxista de Florestan Fernandes. Essas divergências não se restringem à dimensão teórica,

mas expressam diferentes concepções de ciência e, sobretudo, distintas posições diante da conjuntura política do período. A análise da atuação da Fundação Ford, por sua vez, mostrou como a imposição de um novo paradigma científico no Brasil esteve associada a dinâmicas mais amplas, tanto internacionais, como o contexto da Guerra Fria e o controle ideológico da América Latina, quanto nacionais, como o esvaziamento das ciências humanas pelo regime militar e a consequente dependência de financiamentos privados.

Desse modo, mais do que uma reconstrução cronológica da história das Ciências Sociais brasileiras na segunda metade do século XX, este trabalho se propôs a realizar uma sociologia das disputas científicas, examinando os projetos teóricos em confronto e os processos sociais que os sustentaram. Foram analisadas as premissas da escola paulista, dominante nos anos 1960, e os caminhos que levaram à consolidação de um novo modelo hegemônico, marcado pela institucionalização da ciência política nos moldes norte-americanos. Esse processo envolveu não apenas a importação de metodologias e teorias, mas também a incorporação de uma nova ontologia social, que substituiu noções clássicas como totalidade, estrutura e classe por modelos analíticos empíricos, micro e funcionalistas.

Ao fim, o objetivo maior deste trabalho foi explicitar como as relações de poder atravessam a produção científica, influenciando os modos de interpretação e intervenção no mundo social. Se a ciência se transforma, não é apenas pelo acúmulo de conhecimento, mas também pelas disputas e interesses que definem quais interpretações são legitimadas e quais são silenciadas. A compreensão desses processos é condição essencial para a crítica do presente e para a construção de formas mais autônomas e emancipadoras de produção do saber.

Referências

- ARRUDA, M. A. N. *A sociologia de Florestan Fernandes*. Tempo Social, revista de sociologia da USP, São Paulo, v. 22, n. 1, p. 239–257, 2010.
- BLANCO, A.; JACKSON, L. C. *Sociologia no espelho: ensaístas, cientistas sociais e críticos literários no Brasil e na Argentina (1930-1970)*. Prefácio de Sergio Miceli. São Paulo: Editora 34, 2014.
- BROOKE, N.; WITOSHYNSKY, M. *Os 40 anos da Fundação Ford no Brasil: uma parceria para a mudança social*. São Paulo/Rio de Janeiro: Editora da Universidade de São Paulo/Fundação Ford, 2002.
- CANEDO, Leticia. *Conhecimentos de Estado e elites internacionais: a Fundação Ford no Brasil e seus beneficiários*. Anais do 41º Encontro Anual da Anpocs, Caxambu, 2017.
- CHAVES, W. A. *A Doutrina Moynihan: o debate sobre raça e o negro nas conferências de 1965 da Fundação Ford e da Academia de Artes e Ciência*. Revista Angelus Novus, USP, Ano VI, n. 9, p. 131–162, 2015.
- FERNANDES, F. *A ditadura em questão*. São Paulo: T. A. Queiroz, 1982.
- FERNANDES, F. *A revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica*. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.
- FORJAZ, Maria Cecília Spina. *A emergência da ciência política no Brasil: aspectos institucionais*. Revista Brasileira de Ciências Sociais, São Paulo, v. 12, n. 35, p. 5–18, nov. 1997.

- KEINERT, F. C. *Cientistas sociais entre ciência e política (Brasil, 1968–1985)*. 2011. Tese (Doutorado em Sociologia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.
- KEINERT, F. C.; SILVA, D. P. *A gênese da ciência política brasileira*. Tempo Social, revista de sociologia da USP, São Paulo, v. 22, n. 1, p. 67–91, 2010.
- LYNCH, C. E. C. *Um pensador da democracia: a ciência política de Wanderley Guilherme dos Santos*. Dados, Rio de Janeiro, v. 63, n. 1, e20200031, 2020. DOI: <https://doi.org/10.1590/dados.2020.63.1.222>
- MICELI, S. *A desilusão americana: relações acadêmicas entre Brasil e Estados Unidos*. São Paulo: Editora Sumaré, 1990.
- MICELI, S. *História das ciências sociais no Brasil*. v. 1. São Paulo: Vértice; Editora Revista dos Tribunais; IDESP, 1989.
- MOREIRA, M. S. *As raízes do golpe: economia e política na polêmica de Wanderley Guilherme dos Santos com Celso Furtado*. Revista de Ciências Sociais, Fortaleza, n. 34, abr. 2011.
- MOREIRA, M. S. *O pensamento político de Wanderley Guilherme dos Santos*. 1. ed. Curitiba: Appris, 2020.
- NOVAIS, F. *Brandel e a “missão francesa”*. Estudos Avançados, São Paulo, v. 8, n. 22, p. 7–20, 1994.
- PERES, P. S. *Comportamento ou instituições: a evolução histórica do neo-institucionalismo da ciência política*. Revista Brasileira de Ciências Sociais, São Paulo, v. 23, n. 68, p. 147–159, out. 2008.
- PINTO, J. A. C. *Wanderley Guilherme dos Santos no ISEB e o estudo das contradições históricas dos destinos políticos da revolução brasileira (1962–1964)*. Anais do 2º Encontro Internacional História & Parcerias. São Paulo, 2019.
- PULICI, Carolina. *Entre sociólogos: versões conflitivas da ‘condição de sociólogo’ na USP dos anos 1950–1960*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo/FAPESP, 2008.
- ROCHA, E. S. R. *Fundações privadas americanas e suas relações com o desenvolvimento científico*. Revista Brasileira de História & Ciências Sociais, Dourados, v. 9, n. 17, jan./jun. 2017.
- ROMÃO, Wagner de Melo. *A experiência do Cesit: sociologia e política acadêmica nos anos 1960*. 2003. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2003.
- SANTOS, W. G. *Quem dará o golpe no Brasil?* Coleção Cadernos do Povo Brasileiro, v. 5. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1962.
- SANTOS, W. G. *Sessenta e quatro: anatomia da crise*. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 1986.
- SILVA, L. F. *A discussão teórico-metodológica nos marxistas acadêmicos do grupo d’O Capital*. Estudos de Sociologia, Araraquara, v. 2, n. 3, p. 111–130, 2008.
- SPIRANDELLI, C. C. *Antonio Candido de Mello e Souza e Florestan Fernandes: breves perfis*. Mediações, Londrina, v. 15, n. 1, p. 203–219, jan./jun. 2010.